

SISTEMATIZAÇÃO DA LITERATURA CONTEMPORÂNEA

Camillo Cavalcanti (UESB)
camillo.cavalcanti@gmail.com

RESUMO

O presente artigo propõe um esquema histórico-crítico para a literatura brasileira no século XX, em especial o quartel crepuscular chamado improvisadamente “contemporâneo”. Após notável desordem, o repertório reclama organização, e um cânone mínimo se faz necessário. Primeiramente, a diferença entre dois períodos – Pós-Modernismo (1945-1964) e literatura contemporânea (1970-2000) - aparece como questão essencial, cuja resposta será procurada. Em segundo, o método de estudo precisa ser discutido - talvez nem exista para além da leitura atomística. Em terceiro lugar, a quantidade de autores no fim-de-século alcança os fantásticos 245 nomes, denunciando a necessidade de uma redução radical. A literatura contemporânea, ainda sem capítulo definitivo na história literária, se constitui formidável laboratório metodológico à espera de organização rígida, metódica e até sistemática como vista no estudo dos estilos desde 1500 até 1945.

Palavras-chave: Crítica literária. Metodologia. História literária. Literatura.

1. Assistemática na abordagem da literatura contemporânea

Pensar a literatura contemporânea remete a questões gerais sobre o método de abordagem crítica. Embora a historiografia literária tenha sofrido sucessivos ataques, permanece como via mais usual para estudar a literatura, ao menos em caráter introdutório. Ao mesmo tempo, as críticas ao historicismo são conservadas, evitando-se o excesso apaixonado de setores da análise hermenêutica, hoje triunfante.

Na encruzilhada entre historiografia e hermenêutica, surge nova demanda por uma ciência da literatura capaz de abranger os diversos caminhos críticos num método de mínimo rigor científico e máxima aplicação, dissolvendo contradições e superando incompletudes.

Para lograr êxito, esse método de crítica global precisaria visitar as correntes formalistas, visto apresentarem modelos de aplicação pretensamente “universais”, embora insuficientes, à espera de revisões. Em termos metodológicos, a literatura contemporânea, ainda sem capítulo definitivo na história literária, se constitui formidável laboratório.

O estudo da literatura contemporânea reclama, já de início, a metodologia que falta às práticas hermenêuticas atuais. Será mesmo por isso que os capítulos contemporâneos na historiografia literária são claramen-

te assistemáticos e ametódicos, discrepando das sincronias pretéritas. O problema metodológico começa antes mesmo de se discutir o enfoque: historicista, hermenêutico ou estético.

Sem escapar do impasse, uma resposta se faz necessária, embora no risco de críticas ou insuficiências. As histórias literárias que incluem a literatura contemporânea são apenas as publicadas depois de 1980 ou a partir desta data reeditadas e ampliadas. Então restam apenas quatro grandes nomes tradicionais desde 1970: Alfredo Bosi (grande revisão em 1994), Massaud Moisés (refusão editorial em 2001), José Aderaldo Castello (2001) e Luciana Stegagno-Picchio (revisão em 2004).

Permanecer neste quarteto favorece também o questionamento de como e por que, após o desfeto antiparnasiano, surge outro erro notável: se antes o juízo crítico antiparnasiano era condenável, agora o é a falta de metodologia, para os contemporâneos. Tanto o exercício quanto o próprio método da história literária se esfacelaram, e nos cumpre reconstruí-los.

Histórias da Literatura Brasileira publicadas depois de 1983 (Massaud Moisés, Alfredo Bosi, José Aderaldo Castello): Tratamento dos estilos passados e contemporâneos	
Estilos passados (antes de 1970): do Barroco ao Modernismo	Estilos contemporâneos (depois de 1970): literatura contemporânea
Organização rígida	Desordem
Metódica e sistemática	Atípica e improvisada
Seleção rigorosa de autores	Lista interminável de autores
Estudos do texto literário	Elenco sumário de obras, títulos e biografias
Abordagem histórica e contextual	Abordagem descontextualizada

Em primeiro lugar, nota-se uma organização rígida, metódica e até sistemática no estudo dos estilos desde cartas e tratados quinhentistas até 1945.

Em segundo lugar, percebe-se uma seleção rigorosa de autores. Cada estilo figura, no máximo, com seis autores. O Romantismo, a depender da história literária escolhida, constitui exceção, com dezenas de autores, mas há preocupação em destacar três ou quatro figuras, mantendo, no geral, a sistemática dos outros capítulos.

Em terceiro lugar, verifica-se a quebra do sistema crítico operacionalizado até meados do século XX. A partir de 1970, a sistematicidade se perde, vingando rol interminável de autores epígonos, por vezes inexpressivos, dentro das mesmas histórias da literatura.

Assim, o capítulo sobre literatura contemporânea em geral não passa de bibliografia superficialmente resenhada, pela altíssima quantidade de obras citadas em cada frase, sem estudo mínimo (sobretudo Luciana Stegagno-Picchio). Raramente, quando escapam desse problema, as histórias da literatura incorrem em outro erro de semelhante gravidade: preconceitos, simpatias e desafetos a guiarem a escolha do repertório.

Para fugir do comentário ligeiro e índices de publicação na escrita do capítulo sobre a literatura contemporânea, é preciso construir metodologia semelhante à de capítulos antecedentes na história literária. Observados em sua regra, esclarecem basicamente os seguintes procedimentos para o final dos Novecentos:

- 1– voltar à velha teoria literária para definir o que é literatura e identificar suas manifestações entre 1970-2000 ou mesmo estendendo ao período atual do século XXI;
- 2– estabelecer um elenco de obras literárias condizentes com o número de obras dos outros capítulos da história literária;
- 3– organizar o cânone estabelecido segundo critério historiográfico, reconhecendo diversidade estética;
- 4– oferecer estudo crítico sobre as principais obras, na linha teórica preferida (análise literária, estilística, hermenêutica, etc.).

2. *Retorno à teoria literária*

Recorrer à teoria literária é se perguntar quais obras pertencem ao sistema literário. Inevitavelmente, surge a pergunta: o que é literatura?

Na virada para o século XXI, a produção multimidiática convergiu as artes em diversas mesclas e expressões, inclusive oportunizando relações com tecnologias e mercadorias.

O conceito de literatura, variando sincrônica e diacronicamente, parece viver hoje um desses momentos de mudança epistemológica, acompanhando a passagem de um século a outro, de um milênio a outro, do analógico ao informático.

No entanto, essas variações se restringem a aspectos circunstanciais de suporte e aresta. A definição de literatura atenta a propriedades essenciais transitará pela mudança de suportes e superficialidades, conservando, todavia, a essência literária.

O fenômeno literário acompanha o homem, mesmo trocando o suporte. Inicialmente, da pedra talhada o texto evoluiu a papiro e pergaminho; hoje, está conhecendo sua alforria do impresso para o virtual (*e-book*), seja pelo arquivo pdf, doc, ou até flash e filmagem.

Seja qual for a variação midiática, a obra literária se define como discurso ficcional plurissignificativo.

Uma definição radical excluiria obras de ficção cuja densidade narrativa não suportasse a estrutura literária. Por um lado, a larga aceitação não fará da obra de Paulo Coelho uma estrutura literária de fato. Por outro, recusá-lo não dará à crítica o alibi para prorrogar, *sine die*, o método de abordagem crítica para a literatura contemporânea. Como resolver o problema?

Se radicalismo não convém, libertinagem menos ainda. Encarar a literatura como produto histórico, na linha sociológica, confunde o objeto literário com outras mercadorias, principalmente as semelhantes, como livros não-literários. Se a tese de Antonio Candido guiasse o estudo, a relação entre autor, obra circulante e público leitor erguerá, como autores representativos, aqueles que circulam em todo o país, proclamados símbolos nacionais. Nessa lógica, os três grandes nomes seriam: a) na prosa: Paulo Coelho, escritor de *best seller*; b) no teatro: Glória Perez, roteirista de telenovela; c) na poesia: algum cantor famoso, de Roberto Carlos a Chico Buarque. Não é só na literatura contemporânea que o enfoque sociológico se revela ineficaz, mas, de qualquer modo, foi citado para diversificar a listagem de cânones segundo critérios distintos. Afinal, em qualquer nicho se encontra alta literatura.

Paulo Coelho e Glória Perez são exemplos da mistura entre literatura e indústria cultural. No primeiro caso, romance e *best seller*; no segundo, teatro e telenovela. A observação não é nova: “houve naturalmente um revigoramento da figura do *best seller*. [...] O livro vê o seu auditório ampliado. [Mas] a repercussão quantitativa não pode nunca implicar numa aferição qualitativa” (Portella, 1978: 51-52). Paulo Coelho representa a época da invasão do *best seller*, no terreno literário; Glória Perez, de telenovelas, minisséries, filmes e outras multimídias.

Entre rigorismo e prodigalidade, o meio termo é o único plausível. Aliás, o critério de enquadramento no sistema literário nunca foi rígido, condescendente com Durão, Magalhães e Euclides da Cunha (fora da mais alta estrutura literária), mas não com Caldas Barbosa ou Afrânio Peixoto, aclamados pelo público. Esse cânone, mesmo contraditório,

prova que nem todos os gêneros textuais satisfazem os quesitos de literariedade e notoriedade.

Repetindo o procedimento para a literatura passada, haveria espaço para os níveis simbólico e alegórico na contemporaneidade, incluindo os *best sellers*. Foi a decisão de Luciana Stegagno-Picchio: “uma história literária [...] não pode ignorar fenômenos paraliterários [...] como os da ficção científica ou da literatura esotérico-astrológica”. (STEGAGNO-PICCHIO, 2004, p. 651)

Hoje, a história literária somente sobreviverá se abranger as histórias da música, da telenovela e do mercado livresco. Sua missão é acompanhar a evolução do fenômeno literário, registrando e avaliando suas formas, onde estejam.

3. *O corpus literário*

Além da flexibilidade com o conceito de literatura, o diálogo com outras interfaces constitui ponto inicial para o elenco de obras no fim-de-século XX.

Se Eduardo Portella advertiu a invasão do *best seller*, Affonso Romano de Sant'anna alertou sobre a parceria entre poesia e música: “como a poesia literária havia destruído o verso e o poema e chegado à página em branco, a poesia começou a ser servida em forma musical com muita eficiência política e estética” (SANT'ANNA, 1983, p. 286). Além do *best seller* e da música, acrescente-se a telenovela.

Compreendidas as interfaces multimidiáticas, as parcerias entre prosa e *best seller*, teatro e audiovisual, poesia e música devem ser introduzidas sem resistência, desde que avaliado o valor artístico da matéria verbal, bem assim nas sincronias anteriores.

Recusando a relativização, a história literária criou engodo indesejado: desconsiderando autores ligados a outras mídias/suportes, excluiu verbalizações de cunho artístico, componentes dessas multimídias, muitas vezes de alto valor literário. Fossem excluídos os trovadores e Gil Vicente, pela interface com artes performáticas, estaria mutilada a literatura portuguesa.

Numa crítica arcaizante, preencher as lacunas da contemporaneidade tem, como critério primordial, preservar a fonte impressa, preferencialmente sem interfaces com outras mídias. Na carência de nomes, são

convocados autores já publicados entre 1930 e 1956, ainda na primeira metade do século, portanto mui forçosamente ditos “contemporâneos” – visto pertencerem ao Modernismo ou “Pós-Modernismo” da terceira fase em 1945-1970.

Ainda rege a abordagem crítica da literatura contemporânea a paixão pela letra impressa, na ilusão de que na multimídia o texto não nasceria escrito. Sem predileções saudosistas, os nomes da produção impressa devem ter o mesmo tratamento dos autores multimidiáticos.

No quarteto de autores em questão – Bosi, Massaud, Castello e Luciana Stegagno-Picchio – o *corpus* contemporâneo de seus livros de *História da Literatura Brasileira* é completamente congestionado. A extensa bibliografia impede um comentário crítico mais apurado. Para esclarecer o problema, o quadro a seguir informa *aproximadamente* a quantidade exorbitante de poetas e prosadores citados nos capítulos de literatura contemporânea:

Quantidade de escritores citados	Bosi	Massaud	Castello	Stegagno-Picchio
	180	115	100	245

Destes quatro, o único crítico a de fato elaborar capítulo judicativo e interpretativo sobre a literatura contemporânea foi José Aderaldo Castello, mas chega com dificuldades à década 1970 em diante. Ligeireza e improviso pertencem à rubrica de Massaud Moisés e Alfredo Bosi, o mais desorganizado. Quanto à Luciana Stegagno-Picchio, soube organizar, mas faltou abordagem detida sobre pelo menos os melhores autores, dentre 245 escritores citados!

Propor cânones é exercício judicativo, implicando, pois, exclusão e lapsos. Mas é preciso fazê-lo, para se estruturarem ensino e memória cultural: é inaceitável, em capítulo sobre apenas três décadas (1970-2000), uma lista de cem a trezentos nomes.

A primeira lacuna metodológica diz respeito à própria nomenclatura. “literatura contemporânea”, referente ao período 1970-2000, até quando será contemporânea? Já sofre, em verdade, a inadequação terminológica na segunda década do século XXI: faz dez ou quinze anos que a literatura do século XX não é mais contemporânea.

A segunda lacuna trata dos limites cronológicos. Além de vários problemas, a periodização literária também assombra a literatura contemporânea. Os dois principais modelos historiográficos divergem na demarcação de fases e períodos após a chamada “2ª Geração” Modernista

de 1930, porque o período literário conhecido como Geração de 1945 ora integra o Modernismo como 3ª Geração, ora se diferencia, por seu caráter opositor, como “Pós-Modernismo”. Entendida como terceira fase, muitos compreenderam que, em seguida, o “Pós-Modernismo” se instalaria, isto é, em 1956, quando o Concretismo surge vigorosamente em poesia, e Guimarães Rosa publica o vultuoso romance *Grande Sertão: Veredas*, cuja estrutura literária se autonomiza frente aos parâmetros modernistas, concluindo o esboço revolucionário (na escrita) de *Sagarana*. Ao lado desse impasse epistemológico, outro problema: a literatura contemporânea sucederia ao Pós-Modernismo ou com ele se confunde? De modo atabalhado ou inocente, a crítica novecentista importou de José Veríssimo a divisão do Romantismo em três gerações, que cai postiza na literatura do séc. XX.

A terceira lacuna versa sobre falta de estilos. Sob o rótulo genérico de “contemporâneo”, correntes díspares em poesia, prosa e dramaturgia se dissolvem tanto na exposição cronológica, quanto na simplória organização temática ou regional. Especialmente a prosa sofre a falta de nomenclatura. O nome “Geração de 45”, próprio da poesia, costumeiramente é usado também para discriminar o período literário no geral, isto é, incluindo prosa. Mas “Geração de 45” pode caracterizar a prosa dos mesmos anos? Como se chamaria o estilo romanesco do mesmo período? Tal celeuma se repete em 1956 (Poesia Concreta) e em 1970 (Poesia Jovem) – porém na prosa? A lacuna deixa de ser exclusiva da prosa, para, em 1980, também não conhecer a poesia um estilo nomeado. Nem mesmo o período destinado a reunir essa colcha de estilos literários (nível estético) recebe nome característico conforme sintomas epocais cravados nos usos linguísticos, pois “contemporâneo” é adjetivo que pretende localizar algo, mas se move abandonando o lastro. Por isso é que a literatura brasileira de 1970-2000 não tem condições de ser contemporânea. Cabe lembrar que em outras ocasiões existiram outras literaturas contemporâneas, modernas ou “modernistas” que, quando obsoletas, exigiram mudanças: a exemplo, José Veríssimo nomeou “modernismo” a produção literária do último quartel do séc. XIX.

4. Organização do cânone

A periodização da literatura contemporânea se torna problema grave, pela instabilidade do término das fases anteriores. Para facilitar o estudo, o quadro a seguir esclarece as principais marcações periodológi-

cas:

PÓS-MODERNISMO E LITERATURA CONTEMPORÂNEA				
	1945-1956 Geração de 45	1956-1964 Concretismo	1964-1980 Sem nome	1980-2000 Sem nome
Proposta 1	Modernismo (3ª fase)	Pós- -Modernismo	Pós- -Modernismo	Lit. Contemp.
Proposta 2	Modernismo (3ª fase)	Pós- -Modernismo	Lit. Contemp.	Lit. Contemp.
Proposta 3	Modernismo (3ª fase)	Pós- -Modernismo ou Lit. Contemp.	Pós- -Modernismo ou Lit. Contemp.	Pós- Modernismo ou Lit. Contemp.
Proposta 4	Pós- -Modernismo	Pós- -Modernismo	Lit. Contemp.	Lit. Contemp.
Proposta 5	Pós- -Modernismo	Lit. Contemp.	Lit. Contemp.	Lit. Contemp.
Proposta 6	Pós- -Modernismo ou Lit. Contemp.	Pós- -Modernismo ou Lit. Contemp.	Pós- -Modernismo ou Lit. Contemp.	Pós- -Modernismo ou Lit. Contemp.

Não é difícil reconhecer estes seis pontos de vista nas diversas abordagens sobre a literatura brasileira da segunda metade do século XX. Por exemplo, as propostas 1, 2 e 3 são disseminadas pelos que sustentam o Modernismo durante toda a primeira metade do século, incluindo a Geração de 45 (na poesia) bem assim as estreias de Clarice Lispector e Guimarães Rosa (na prosa) como manifestações ainda modernistas, guardando a data de 1956 – Concretismo (na poesia) e *Grande Sertão: Veredas* (na prosa) – para o fim do Modernismo. Essas três primeiras propostas divergem apenas quanto ao tratamento periodológico depois do Modernismo, isto é, se houve Pós-Modernismo, e quanto durou; se houve literatura contemporânea, e quanto durou; ou se apenas são dois nomes para um mesmo período (proposta 6). Ainda há nuances dessas propostas: há quem considere o Modernismo de 1922 até 1945 com uma Geração de 45 que responde pelo Pós-Modernismo, incluindo o período 1956-1964 (proposta 4), ou já classificando Clarice Lispector e Guimarães Rosa, mesmo estreantes na década 1940 e falecidos antes de 1980, como literatura contemporânea (proposta 5). Outra controvérsia (nas propostas 3 e 6) é tratar, a partir de marcos equivocados, Pós-Modernismo e literatura contemporânea como sinônimos. Igualá-los é a solução mais simples, entretanto exige domínio epistemológico do sistema literário, para a elaboração de recortes (períodos) coerentes com a dinâmica da literatura.

As propostas 1 e 2 têm maior difusão no ensino médio, talvez porque preservem as três nomenclaturas (modernismo, pós-modernismo e literatura contemporânea) divergindo apenas no marco de transição. A proposta 2 reconhece o Pós-Modernismo como período breve, seguindo a

tradição crítica geral - que costuma assinalar a brevidade de outros estilos “pós” (também “neo”) ou “pré” (pré-romantismo, neobarroquismo) -, e evita problemas com as agendas educacionais, principalmente no ensino médio, mantendo as três fases do Modernismo até 1956, reconhecendo o Pós-Modernismo a partir desta data até 1964 e assinalando como literatura contemporânea a produção a partir de 1964, com o fim do Concretismo, até o fim do século XX (com duas fases ou estilos).

De minha parte, todo o esquema precisa ser refeito. O Modernismo é uma nomenclatura essencialmente histórica, pois nasce querendo assinalar um período, não exatamente um estilo (já que a história literária reconhece estilos simultâneos). Esse marco terminológico propôs Alfredo Bosi, seguindo a tradição literária de Alceu Amoroso Lima (1956) e Afrânio Coutinho (1959). Todavia em 1970, quando Alfredo Bosi (1994) lançou sua *História Concisa da Literatura Brasileira*, havia feito um estudo sobre autores que estavam no intervalo entre o fim da Geração de 45 (1956) e a publicação do seu livro (1970), enquadrando o Concretismo, embora de maneira especial, como uma das modalidades de literatura contemporânea na poesia, sem esquecer a historiação da prosa. Em outras palavras, quando Alfredo Bosi usou o termo “literatura contemporânea”, referia-se a um curto período (1956-1970), de tal forma que lhe bastou destacar Concretismo na poesia e Experimentalismo na prosa (Guimarães Rosa e Clarice Lispector), tratando o restante do *corpus* concernente como “literatura contemporânea”. Nas edições até 1994, sua *História Concisa*, mantendo o caráter assistemático, aumentou as listas de autores e obras e determinou, dada a sua influência nas letras do Brasil, esse quadro instável, improvisado e aligeirado, próprio de um epílogo de história literária sobre as últimas publicações antes do prelo.

Penso que, além desse ponto fulcral no desenho da história literária do Brasil, o Modernismo, em si mesmo, já encerrava sua aparição por aqueles anos de 1970, portanto, considerando que aqui o término do Modernismo, literatura contemporânea e Pós-Modernismo são sinônimos para o período subsequente, ou seja, até 2000. Contudo, a classificação “contemporânea” deve ser retirada. Adotando essa sistemática, ainda há a vantagem de se alinhar o transcurso do fenômeno literário ao longo do séc. XX com os recortes historiográficos consolidados sobre os séculos XVIII e XIX: os neoclássicos de 1770 (com prorrogações a 1810 e 1820) e os pós-românticos de 1870 até 1900 (ou com prorrogações a 1910 e 1920). José Guilherme Merquior assinalou esse paralelismo, inclusive como padrão ocidental: “o neoclassicismo literário [...] a partir das cer-

canias de 1780” (1973, p. 61) e “o complexo estilístico pós-romântico [...] entre aproximadamente 1860 e 1910” (*idem*, p. 66).

O Modernismo é período constituído por linhas de força que disputam a cena literária desde 1912 (quando timidamente as novidades europeias se propagavam com a chegada de Oswald de Andrade) até o fim-de-século, projetando o sentido beligerante ou competitivo, sempre natural das vanguardas. Observando a literatura brasileira como *corpus* distribuído cronologicamente, o percurso adquire características próprias. No século XX, independente da origem estilística, três vanguardas determinaram os ápices da estética modernista: os primitivistas e antropófagos de 1922, os existencialistas de 1945 e os concretistas de 1956. O esquema abaixo ilustra melhor as coordenadas do Modernismo, com seus altos e baixos:

	primitivismo		existencialismo	concretismo	
	1918-1928		1945-1956	1956-1964	
1912-1922		1930-1945			1970-2000
pré-modernismo		Geração de 30			pós-modernismo

Mister ressaltar que historiar a literatura é localizar formas literárias com seus estilos dentro de um recorte temporal, de modo que a confusão entre período e estilo inviabilizou melhor desfecho para o estudo literário dos Novecentos. Os estilos assinalados no topo não correspondem a um período, nem muito menos o dominam como sistema prevalente: são eclosões estéticas muitas vezes simultâneas a outras. A abordagem precisa distinguir de uma vez por todas período histórico e estilo estético. Já os termos no rodapé do esquema, pelo contrário, denominam períodos e infelizmente não conhecem terminologia que indique os estilos literários ali presentes. Se do quadro de propostas interessa solução, eis a alternativa para a periodologia literária do século XX:

XXI CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

2a. metade XX	1945-1956 (Geração de 45)	1956-1964 (Concretismo)	1964-1980 (Sem nome)	1980-2000 (Sem nome)
Periodologia literária	Modernismo	Modernismo	Pós-Modernismo ou Lit. Contemp.	Pós-Modernismo ou Lit. Contemp.

Desfazendo as antigas divisões periodológicas equivocadas, clareia-se a síntese abaixo:

1912-1970	1970-2000
Modernismo	Pós-Modernismo

Então, definido o recorte da “literatura contemporânea” sob o nome Pós-Modernismo (1970-2000), resta listar autores e obras com mais destaque com o fim do Modernismo. O Concretismo ainda se afirmou vanguarda interessada em pertencer à tradição modernista dos antropófagos como Oswald de Andrade, mas a “Poesia Jovem” de 1970, por outro lado, queria novo marco.

As três décadas finesseculares possuem duas fases: de 1970 a 1984 e 1984 a 2000, à semelhança do séc. XIX: Parnasianismo (c.1878) que não morreu quando veio o Simbolismo (c.1893), e ambos se desdobraram até 1920. Já se advertiu que autores mais ou menos consolidados até 1960 não serão elencados. Tal procedimento, extremamente coerente, diminui, todavia, o elenco de poetas. Com a pobreza estética, sobretudo nos impressos, das gerações 1970 e 1980 (raras exceções!), os antigos, principalmente de 1950, sobressaíram no mercado livresco, reformulando suas poéticas em textos do melhor cânone.

Outro critério adotado neste trabalho é a semelhança com outros capítulos da história literária sobre períodos anteriores, a começar pelo número de autores. Muitos críticos consagrados acabam privilegiando epígonos por mera afinidade pessoal, aumentando a quantidade e desorganizando um método qualitativo.

Este trabalho propõe a seguinte lista:

Organização do cânone – corpus literário	
Poesia	Poetas: Thiago de Mello, Romério Rômulo
	Letristas de música: Roberto Carlos, Chico Buarque, Tropicalismo, Bossa-nova, MPB
Prosa	Romancistas: Nélide Piñon, Márcio Souza
	Contos: José J. Veiga, Sérgio Sant’Anna, Cony
	<i>best seller</i> : Paulo Coelho
Teatro	Dramaturgia: Gianfrancesco Guarnieri, Dias Gomes
	Telenovela: Glória Perez, Benedito Ruy Barbosa

Desse alto cânone, poderiam entrar três ou quatro nomes. Não

causa estranheza a falta de poetas como Ferreira Gullar e prosadores como Autran Dourado: já firmaram carreira antes de 1970. Muito diferente o caso de Thiago de Mello, cuja carreira só desabrochou de fato em 1965, com *Faz Escuro, mas eu Canto*, seguido da antologia homônima em 1966.

Feita e assumida essa mutilação ingrata, mas necessária, dá-se lugar à caracterização estética da “literatura contemporânea”, já entendida como Pós-Modernismo. Aqui é consenso buscar o diagnóstico de e Max Horkheimer e Theodor Adorno (1985) sobre indústria cultural e alienação das massas.

A literatura de massa não consegue superar a carência de propriedades estéticas. Num estilo excludente e totalitário, a massa cria sua dialetologia, e quem não se enquadra é remetido logo *à margem*, associada ao passado julgado obsoleto. A opressão do centro totêmico, capitalista e massivo sobre a periferia anônima, excluída e manipulada é *dominação cultural*, transformando a arte em mercadoria. Tal processo é chamado por Max Horkheimer e Theodor Adorno de *Iluminismo* ou esclarecimento: a razão (racionalismo). Remoto aos socráticos, segundo os teóricos de Frankfurt, a moderna *mitificação* (relegada ao absurdo *ridículo*), crendo-se racional, destrói mitos e surge, sem as massas perceberem, muito antes da tão famigerada televisão. A *mitificação das massas é feedback* ao poder totêmico do sistema racional. A arte decomposta no entretenimento é patente também em outras épocas, símbolo da perdição alienante: porém hoje adquire inédita força descomunal. Nesse contexto, Max Horkheimer e Theodor Adorno atribuem ao esclarecimento *status* de barbárie: a “destruição de mitos” não pode ser um sistema que se afaga.

A simplificação banalizatória, tornada lei pelas massas bárbaras do século XX, e espero não mais no século XXI, mortifica o sistema eliminando o caráter alegórico da obra-de-arte. O público não tem mais *abertura* para compreender os diversos matizes semânticos da polissemia ficcional. Os signos permanecem em *status* simbólico, isto é, quando muito remetem a arquétipos sociais e contextos. Nessa forma escriturária, a produção dos sentidos é escassa ou relativa. Continuaríamos diante de um texto literário? Como exposto anteriormente, a literatura simbólica cresce, enquanto a alegórica diminui.

O *sacrifício do literário* é propriedade do Pós-Modernismo (1970-2000) porque, inclusive, pode ser considerado raiz de uma característica muito anotada pela crítica: a tendência à crônica. Todas as referências li-

terárias desse período obedecem aos reclames do público inculto, para “descomplexar” a escrita. É o caso de Luis Fernando Veríssimo ou Rubem Braga – e até João Ubaldo Ribeiro. Recentemente, também há Patrícia Melo, cujo desleixo com a forma resvala para o erro sintático ou ortográfico.

Dentre os escritores contemporâneos, é raro quem trabalhe o cunho estético na estrutura literária. Parece que o recrudescimento da forma, no Concretismo, exauriu a tal ponto o cuidado formal que reapareceu aquela libertinagem modernista, a contribuição milionária de todos os erros (Oswald), principalmente o “vale-tudo” na escrita do cotidiano, em nome da liberdade. Então o verso livre muitas vezes é invólucro para conteúdos não literários, porque não estéticos.

Assim, identificamos o *Estilo Simbólico*, ou “Simbologismo”, como marca escriturária comum da literatura do fim-de-século XX: sacrifício do literário, crise da forma, queda do nível estético, cotidianidade, prevalência do gênero crônica, mesmo pela extensão confundido com romance. O texto, seja prosa ou poesia, em geral não atinge plenamente a forma literária. Sua inserção no cânone se dá numa história literária permissiva, que releva ou ignora a definição do objeto literário; salvo raras exceções.

É preciso ainda ressaltar que este trabalho propõe um esboço de sistematização para este repertório novecentista, cabendo num outro momento abordar as obras dos autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 46. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

CASTELLO, José Aderaldo. *Literatura brasileira: origens e unidade*. São Paulo: Edusp, 2004.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: São José, 1959.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LIMA, Alceu Amoroso Lima. *Quadro sintético da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1956

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

PORTELLA, Eduardo. *Vanguarda e cultura de massa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. Anotações sobre a poesia brasileira de 1922 a 1982. In: PROENÇA FILHO, Domício. *O livro do seminário: ensaios Bienal Nestlé 1982*. São Paulo: LR, 1983.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da literatura brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar; Lacerda; Academia Brasileira de Letras, 2004.